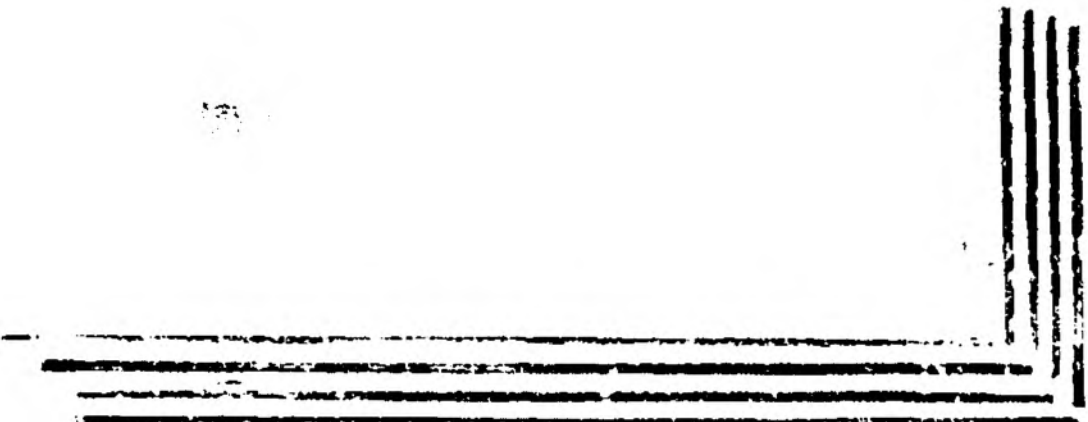


O Partido Comunista
Ante Algumas Tendências Prejudi-
ciais
Dentro do Movimento de Unidade
Democrática



O Partido Comunista

Ante Algumas Tendências Prejudiciais

Dentro do Movimento de Unidade Democrática

O Movimento de Unidade Democrática representa a conjugação de esforços das forças políticas nacionais. A largueza da sua organização e influência é uma consequência do apoio que lhe dão as organizações democráticas e democratas não-organizados. Apoiando e defendendo a unidade e a criação dum amplo movimento nacional legal, a acção do Partido Comunista tem sido um dos factores fundamentais do desenvolvimento do MUD.

Por diversas vezes o Partido Comunista manifestou publicamente as suas opiniões divergentes e as suas críticas a aspectos da actividade do MUD. Cremos que tais opiniões e críticas tem constituído uma contribuição positiva para o fortalecimento e desenvolvimento da unidade e do movimento democráticos, uma vez que a experiência tem mostrado a justeza da orientação defendida pelo Partido e uma vez que por diversas ocasiões a intervenção política do Partido teve resultados positivos imediatos e visíveis.

É com vistas ao fortalecimento da unidade, ao engrandecimento da luta nacional contra o fascismo, ao amadurecimento político desenvolvimento orgânico e influência de massas do MUD, — que o Partido Comunista critica uma vez mais algumas tendências prejudiciais e perigosas que nos últimos tempos se tem manifestado.

AINDA A ESPERA NA QUEDA AUTOMÁTICA DO SALAZARISMO

Se há concepção perigosa dentro do movimento nacional anti-fascista é sem dúvida aquela que acredita em que o salazarismo cairá "automaticamente", sem que para isso seja necessária a acção do povo português. Tal concepção vem de longe e ela tem sido um elemento de castração da vontade combativa das forças democráticas; ela tem entravado a mobilização da nação portuguesa na luta contra o fascismo; ela tem animado na massa democrática ilusões que a afastam da luta e tem-lhe provocado atitudes de desânimo quando as ingénuas previsões de tal "queda automática" se não realizam.

Durante anos, muitos democratas acreditaram e defenderam que terminada a guerra com a vitória das Nações Unidas, o governo de Salazar cairia imediatamente como consequência dessa vitória. Ao contrário, o Partido defendeu que embora a vitória militar das Nações Unidas viessem indiscutivelmente a criar condições mais favoráveis para o derrubamento de Salazar, ela por si só não resolveria a situação política portuguesa e que o derrubamento do salazarismo — teria que ser obra do povo português.

Quem tinha razão? Não é necessário citar factos para se ver que tinha o Partido Comunista.

Muitos democratas acreditaram e defenderam que a eventual vitória dos trabalhistas ingleses representaria uma mudança radical da política externa inglesa e conduziria assim, "por pressão britânica", à demissão de Salazar. Houve quem, animado por esta esperança, propusesse ao Conselho Nacional uma reunião plenária para logo depois das eleições inglesas. Ao contrário, o Partido Comunista defendeu que a vitória dos trabalhistas ainda que positiva, não alteraria no fundamental a política da ajuda dada a Salazar e que a solução do problema político português caberia aos portugueses e não ao estrangeiro.

Quem tinha razão? Não é necessário citar factos para se ver que tinha o Partido Comunista.

Muitos democratas acreditaram e defenderam que as ligeiras possibilidades de luta legal concedidas pelo governo de Salazar em Outubro—Novembro de 1945 eram o início dessa viragem espontânea do fascismo no sentido duma “transição”. Ao contrário, o Partido Comunista defendeu q. e embora se deva utilizar essas possibilidades de luta legal, o governo de Salazar procurava, não operar uma viragem, mas sim “uma manobra política de grande estilo”.

Quem tinha razão? Não é necessário citar factos para se ver que a tinha o Partido Comunista.

Muitos democratas têm acreditado e defendido que o derrubamento de Salazar se efectuará necessariamente por um “golpe de estado” de altas esferas militares que, apoiando até hoje Salazar, se convencerão do verdadeiro sentido da evolução histórica. E que assim, não há que fomentar a luta do povo, mas que esperar um tal golpe que está sempre para breve. Ao contrário, o Partido Comunista tem defendido que a crença em tais golpes só conduz a desilusões, a fracassos, a energias perdidas, à inacção.

Quem tem tido razão? Não é necessário citar factos para se ver que a tem tido o Partido Comunista.

Ve-se assim que a espera na queda automática do Salazarismo é velha e prejudicial tendência e que, quaisquer que sejam os momentos e as formas em que se manifeste, constitui sempre um elemento de paralização do movimento anti-fascista e impede que se fomente a luta, se organize, se leve cada vez mais adiante a luta da nação contra o fascismo.

Uma tal tendência reflecte-se naturalmente nas concepções acerca da actividade prática das organizações anti-fascistas e das organizações de unidade.

2

OS GRANDES PLANOS PARA DEPOIS

Um dos reflexos de tal tendência é a preocupação dominante, existente em muitos democratas, de elaborar planos de governo e futuras medidas legislativas, em vez de elaborar planos de acção prática imediata e materiais políticos sobre a situação que a cada momento se oferece.

Essa preocupação, quando existente em organismos de direcção, condena a organização e o movimento que esses organismos

3

dirigem á estagnação, á inércia, ao desinteresse e á desintegração. Por outro lado, quando existem em organismos de Unidade Nacional ou do MUD só pode levantar divergências e antagonismos entre as forças políticas coligadas, divergências e antagonismos esses cuja solução é praticamente impossível nas condições de ilegalidade e conseqüente impossibilidade de amplo debate público de opiniões. E assim, das duas uma: ou se operam planos que não tem o apoio de muitos dos aderentes ao movimento de unidade — o que enfraquece a unidade, ou acaba por se não aprovar, criando-se em conseqüência incompatibilidade e má-humores — o que tamém enfraquece a unidade. E com tudo isso se perde tempo e energias que, convenientemente applicadas numa actuação politica bem orientada, teriam dado magníficos frutos.

Esta preocupação da elaboração de "grandes planos para depois" também não é recente. Ela tem dominado muitos democratas que tomam os seus desejos por realidades; e outros que preferem sonhar a agir; e ainda aqueles que a cada hora pensam num golpe militar salvador, ou num salvador acontecimento externo que leve repentinamente e sem cansaças ás forças democráticas ao poder.

Contra tal preocupação tem lutado infatigavelmente o Partido Comunista. Em tempo foi proposto no Conselho Nacional um projecto de "Regulamento" acompanhando algumas outras propostas. No seu conjunto tinham duas características fundamentais: por um lado, vizavam alargar o Conselho Nacional de tal modo que se tornaria praticamente impossível a sua reunião em condições de legalidade; por outro lado, vizavam a criação de "Comissões de Estudo" com vistas a elaborar programas governamentais. Tais propostas acompanhavam naturalmente ideias e afirmações do breve derrudamento de Salazar por intermédio dum golpe militar que então "estava para breve". O Partido Comunista opoz-se a tais propostas e, como a esperança putchista era quasi geral, foi necessária uma luta encarniçada para impedir que tais propostas prejudiciais fossem aprovadas o teria representado um tremendo golpe no movimento de Unidade Nacional.

O tempo e a experiência deram total razão ao Partido Comunista. O golpe militar não se deu e as "Comissões de Estudo", que vieram a ser aprovadas com atribuições mais reduzidas, nunca tiveram, que nos conste, qualquer actuação prática.

Agora é no próprio MUD que tal preocupação se começa a manifestar de forma perigosa. Em vez de todas as atenções se con-

centrarem na análise da situação presente e das tarefas que se colocam perante o MUD, há democratas que pretendem introduzir no MUD o gôsto e a prática da elaboração de tais "grandes planos para depois", distraíndo assim as atenções dos problemas presentes, criando ilusões de que o fascismo cairá sem ser por nossa acção, e levantando elementos de divergência e desentendimentos.

Tal é o sentido duma PROPOSTA DO DR. FERREIRA DE MACEDO, membro desse extravagante organismo do MUD (de que adiante falaremos), que se chama "Comissão Consultiva".

Essa proposta, entre outras coisas, pretende que a Comissão Central do MUD "trate imediatamente de constituir":

c) Comissões de estudo, destinadas a elaborar, DESDE JÁ E COM TODA A MINÚCIA, AS MEDIDAS DE EMERGÊNCIA A EXECUTAR PELO PRIMEIRO GOVERNO democrático, nos seguintes sectores; 1) Finanças; 2) Economia e Fomento; 3) Questões Militares; 4) Educação e assistência; 5) Relações estrangeiras; 6) Justiça e administração civil".

Ao mesmo tempo, segundo a mesma proposta, uma outra Comissão deveria fazer "intensivamente A CRÍTICA RIGOROSA E COMPLETA do regime actual, APRESENTANDO E DEFENDEDO AS MEDIDAS DO GOVERNO". Para finalizar o trabalho destas, como de outras comissões, seriam devidamente remuneradas".

Sem se entrar na critica aos múltiplos aspectos negativos duma tal proposta, interessa aqui considerar alguns aspectos fundamentais.

Em primeiro lugar: Nesta proposta insiste-se no erro, já várias vezes verificado no movimento de Unidade Nacional, de considerar um movimento de unidade de várias correntes políticas COMO FOSSE UM PARTIDO POLÍTICO OU SUBSTITUINDO-SE aos partidos políticos. O MUD é um movimento que ganha a sua força, unidade, influência, à base da luta para a concessão ao povo português das liberdades democráticas e da realização de eleições livres que lhe permitam escolher o seu destino. Essas liberdades serão necessárias, além do mais, para que as forças políticas, hoje impedidas de exporem os seus pontos de vista e as suas soluções dos problemas nacionais, o possam fazer e apresentar perante a nação. Não é a "Comissões remuneradas" que cabe definir "as novas medidas de governo" mas às forças políticas nacionais. Ao MUD cabe apenas definir os OBJECTIVOS FUNDAMENTAIS E COMUNS a todas as forças e correntes políticas an-

ti-fascistas.

Em segundo lugar, o próprio carácter "remunerado" indica que se pensa atribuir a função de definir "as medidas a executar pelo primeiro governo democrático", a "técnicos, ou "especialistas". Novo erro que na história não raras vezes conduziu a diversos sistemas fascinantes e neo-fascistas. É às forças políticas que cabe definir essas medidas e não a "técnicos" "remunerados" "estranhos aos partidos". Para governar não basta a capacidade técnica. É necessário que tal capacidade tenha a orientá-la uma firme capacidade política.

Em terceiro lugar, a ser levada à prática a proposta em discussão, não poderia deixar de enfraquecer a unidade, uma vez que tais "planos para depois", estabelecidos legalmente (à base do MUD) nas condições do fascismo, sem a possibilidade de amplos debates públicos de opiniões, depois de 20 anos de inexistência legal de partidos anti-fascistas, nunca o poderia traduzir acôrdo e aceitação de todas as forças democráticas. A proposta revela ainda o seu divórcio das realidades da política, ao sugerir que tais medidas devem ser elaboradas "com toda a minúcia". Como se neste momento se pudessem definir "com toda a minúcia" os planos de actuação do primeiro governo democrático. Esta proposta só teria alguma lógica se os que elaborassem tais planos viessem a ser os futuros ministros do primeiro governo democrático. Cremos que não é altura de "distribuir as pastas" e talvez que não seja desacertado deixar para os ministros desse governo (que hoje não podemos prever quem sejam nem que ideias políticas prefilharão) a elaboração "minuciosa" das medidas a realizar. Volta-se ao vício de fazer os decretos antes se estar nos ministérios, o que infelizmente se tem feito com abundância nos 20 anos de fascismo sem quaisquer vantagens e com muitas consequências negativas.

Significa isto que não seja necessário um acrescido trabalho político do MUD e a colaboração de "técnicos" e "especialistas"? Sem dúyida que não. É necessário que os democratas portugueses estudem convenientemente a situação nacional, divulguem a presente realidade política, mostrem à nação em formas concretas e documentadas o verdadeiro carácter da política salazarista, e apresentem sugestões e ideias para a resolução dos problemas nacionais. Mas todo este trabalho, SEM COMPROMETER O MUD) NUMA QUALQUER ESPÉCIE D PROGRAMA GOVERNAMENTAL.

O MUD não reclamou até hoje a formação dum governo "mu-

dista" e julgamos não o dever fazer nas circunstâncias presentes. O MUD tem reclamado sim e muito justamente as liberdades democráticas, entre as quais, a liberdade de actuação dos partidos políticos. O MUD reclama liberdade para os partidos exporem os seus programas e as suas resoluções. Ao reclamar do presente governo que conceda essas liberdades ou ao reclamar um novo governo que as conceda, o MUD não age ainda (nem deve agir, pelo menos, enquanto não houver liberdades democráticas) como coligação que aspire a governar, mas como movimento de unidade que visa a criação de condições para que o povo possa escolher o governo, e para que as forças políticas nacionais se possam organizar livremente e possam livremente acordar planos comuns de actuação governativa. Existe de facto em Portugal uma coligação política que se propoe atingir o poder, como coligação. É a Unidade Nacional Anti-Fascista. Só ilegalmente pode existir porque o fascismo não permite que haja livremente uma coligação de partidos e outras forças políticas anti-fascistas, que discuta amplamente os problemas políticos nacionais e trace o caminho para o derrubamento do fascismo. Lembramos aqui que existe um "Programa de Emergência do Governo Provisório" elaborado pelo Conselho Nacional de Unidade Anti-Fascista e que a sua difícil e demorada elaboração e as suas deficiências bem mostram dificuldades para a elaboração de tais programas nas condições de fascismo. Se isso se aprovou num movimento clandestino como é o de Unidade Nacional, é de supor que em Comissões legais do MUD os debates seriam extraordinariamente mais limitados e com uma reduzida ou nula participação dos Partidos Políticos (condenados à ilegalidade). Permite-se agora que se levantem no MUD as enormes dificuldades com que se tropeçam na Unidade Nacional e que roubaram tempo e energias que podiam ter sido melhor aplicadas numa actuação concreta de organização e mobilização de massas?. Esquece-se que o fascismo continua no poder e assim continua a ser necessária a existência do movimento de Unidade Nacional, onde as forças políticas discutem livremente, sem as peias e restrições das autorizações fascistas, os seus pontos de vista?. Pretende-se que o MUD substitua o movimento de Unidade Nacional e que este se extinga? Se este fosse o objectivo, constituiria um erro tremendo, que faria perigar a unidade dos anti-fascistas, a estrutura orgânica anti-fascista à escala nacional, e até a existência do próprio MUD. E, se se está de acôrdo com a necessidade do movimento de Unidade Nacional, de nenhuma forma se pode que-

rer que, no MUD, se comecem a elaborar programas governamentais fóra dos seus objectivos.

Ainda como sintomático de tais preocupações de estabelecimento de soluções para os problemas nacionais, independentemente da opinião dos partidos e outras forças anti-fascistas, é a PROPOSTA DA SECCÃO DE CONFERÊNCIAS DA COMISSÃO DOS ESCRITORES, JORNALISTAS E ARTISTAS DEMOCRÁTICOS. Os nomes escolhidos, ainda que alguns de grande prestígio, são de "técnicos", a maioria dos quais estranhos à actividade corrente do MUD. O MUD está naturalmente interessado em promover conferências feitas por "técnicos", mesmo que estes sejam homens de posições políticas indefinidas como o professor DR. MARQUES GUEDES (um dos nomes propostos pela citada comissão). O mal nos assuntos e nomes propostos é a ideia de — sob a responsabilidade política do MUD — entregar a análise pública de problemas de primordial importância política a "técnicos" que, muito provavelmente, não poderão traduzir o conjunto da opinião democrática sobre os problemas que iriam versar.

Um outro exemplo característico das mesmas tendências e preocupações foi a constituição e composição da chamada "COMISSÃO CONSULTIVA". Ainda que a ela pertença uma figura de tanto e justo prestígio como é o general Norton de Matos, a maioria dos seus membros é constituída por homens estranhos à actividade regular do MUD e alheios a uma atuação política regular. O critério seguido para a composição de tal "Comissão" foi o de escolher "pessoas com nome", com "competência profissional" e "valor intelectual" e realmente se conseguiu. Infelizmente, porém para essa "Comissão", não é o nome nem a competência profissional, nem o valor intelectual, mas antes a capacidade e experiência política (o que é coisa diferente) que podem abalizar um organismo de direcção duma coligação política a pronunciar-se sobre o conjunto dos problemas políticos nacionais e a orientar. Daí o considerarmos negativo para o MUD a formação da Comissão Consultiva, a sua composição, e ainda algumas iniciativas que se estão querendo sobrepor à acção da Comissão Central. Não é de estranhar que tenha partido do ceio da "Comissão Consultiva" a proposta de elaboração dum programa governativo. A maioria dos seus membros não exerce uma actividade política regular, é estranha à actividade diária do MUD e daí não estar indicada a apreciação dos problemas políticos, nem habilitada a traçar directrizes para um movimento cuja justa direcção exige o conhecimento mi-

nucloso da sua actividade, experiéncias, dificuldades, composiçãõ politica de organismos, forças politicas que o apoiam, etc. Todas estas tendências, manifestadas na proposta do Dr. Ferreira de Macedo, assim como na formação e composição da Comissão Consultiva e ainda na proposta da Comissão dos Escritores, Jornalistas e Artistas, não só afastam o MUD dos seus objectivos já defendidos e comumente aceites, como traduzem esperanças no derrubamento do fascismo sem que para isso o MUD tenha que organizar, travar lutas politicas parciais, desmascarar ante a nação e a cada momento a politica salazarista. Elaborar "planos de governo" "com toda a minúcia", substituir a inacção de organismos efectivos de direcção por organismos de "nomes representativos", significa esperar que o poder seja oferecido numa bandeja ás forças democraticas. A triunfarem tais tendências converter-se-iam num erro mortal.

3

OS PERIGOS DA "ESPECIFICAÇÃO"

Quais são os objectivos susceptiveis de unir todos os democraticas e patriotas num único e amplo movimento nacional? Estes objectivos foram logo no inicio do MUD defendidos na reunião do Centro Almirante Reis e tem sido ele o grande factor da unidade. Eles concretizam AS ASPIRAÇÕES POLITICAS IMEDIATAS COMUNS a todos os democraticas portugueses e é isso que faz distinguir o MUD dos partidos politicos e de cada corrente de opinião democratica e dá ao MUD o apoio de todos os partidos e correntes democraticas. Daí ser de desejar a manutenção de tais objectivos, interessando a cada passo, insistir neles, torná-los cada dia mais claros, e mostrar ao povo português que eles são uma necessidade inadiável á luz dos acontecimentos que se vão desenrolando.

Especificar estes objectivos, "ampliá-los", ou apresentar em nome do MUD grandes soluções dos problemas economicos, financeiros, educacionais, militares e coloniais (com todas as limitações da legalidade fascista) quebraria o factor fundamental da unidade e criaria— como atrás vimos— factores de desentendimento e divisões dentro do MUD. Insistimos em que é preciso que seja geral no campo dos democraticas o reconhecimento de que ainda estamos em regimo fascistas (o que esperan-

ças ingênuas por vezes fazem esquecer) e, que tal regime, não pode haver um amplo debate de opiniões sobre os problemas nacionais e suas resoluções. As liberdades que o MUD reclama tornarão possível esse necessário debate. Mas querer que ele se produza agora, querer determinar agora soluções para todos os problemas nacionais comuns a todas as forças anti-fascistas, corresponde a querer afastar do MUD aquelas forças mais combativas e particularmente as forças operárias que estão totalmente impossibilitadas pelo fascismo de expor abertamente as suas opiniões. A adopção pelo MUD de princípios e soluções das facções mais conservadoras do MUD (só essas o poderiam fazer livremente) irá necessariamente restringir e enfraquecer a unidade e talvez mesmo quebrá-la. É dever de todos os democratas sinceros impedir que se corra tal risco.

A PROPOSTA DA COMISSÃO DISTRITAL DO PORTO PARA A REALIZAÇÃO DUM CONGRESSO DO MUD apresenta todos estes perigos. A própria composição proposta referente a preocupação, não de chamar a uma participação activa as reais forças políticas nacionais, mas as de "nomes" de "intelectuais" ou de "políticos" inactivos. Por muito que esses democratas interessem, não se lhes deve dar o domínio dum movimento que tem sido criado com o esforço de outros. E a verdade é que na proposta da Comissão do Porto a percentagem dos "mudistas" seria dominada pelos elementos estranhos ao MUD e, entre estes, longe de se procurarem homens combativos de todas as correntes políticas (nos organismos superiores do MUD continua haver uma resistência inexplicável a participação dos católicos) procura-se uma amálgama daqueles que tiveram lugares na política, todos os antigos ministros e deputados. As classes trabalhadoras estariam no "Congresso" e caricaturalmente representadas. Isto não seria certamente uma forma de fortalecer, pelo "Congresso" do MUD, a unidade democrática.

A "ampliação dos objectivos do MUD" (ainda que na proposta se apresentem algumas justas restrições) seria a finalidade do Congresso. Mas a tendência ideológica que informa a sugestão do "Congresso" aparece claramente no texto da proposta relativa ao

"4º—PONTO— ACCÇÃO POLITICA E LUTA IMEDIATA PELA OBTENÇÃO DOS FINS VIZADOS".

Que diz a resposta sobre este ponto capital? Que sugere para ser debatido no "Congresso" do MUD? As formas de lutas po-

líticas a desencadear parciais? O estudo das experiências co-
municadas em acções concretas do MUD, em manifestações de ruas,
assembleias e outros movimentos de massas? Os métodos de a-
trair e chamar à luta as massas da população portuguesa? Na-
da disto. Neste ponto capital ("acção política e luta imediata pe-
la obtenção dos fins vizados") a proposta diz simplesmente:

"Pelo SR. DR. E. SANTOS SERÁ APRESENTADA UMA
PROPOSTA NO SENTIDO DE SE EXIGIR DOS ALTOS CO-
MANDOS DO EXÉRCITO A EFECTIVAÇÃO DE ELEIÇÕES
LIVRES, ETC.—MANTENDO O EXÉRCITO A ORDEM DE QUE
TANTO SE FALA".

Esta proposta define toda a natureza do projectado "Congresso".
Vemos assim, como continuam arrejgadas em importantes sec-
tores democráticos, as tendências putchistas, as esperanças em
golpes de estado, a descrença na força do povo, o alheamento e
receio das massas. A realização dum "Congresso" do MUD que,
em vez de traçar perante a nação o caminho a percorrer para o
derrubamento do fascismo, em vez de definir as formas de ac-
tuação prática, faria um apelo aos ALTOS COMANDOS FAS-
CISTAS para darem um golpe de estado, convocarem "eleições
livres" e "manterem a ordem", seria a confissão do fracasso e da
impotência política do MUD, seria a afirmação da desligação do
MUD das amplas massas populares, as quais são as que têm da-
do o mais forte e constante apoio ao MUD (mesmo nas horas
mais difíceis) e são as que lhe poderão dar novas forças para
continuar marchando em frente até alcançar a vitória. É o mais
grave é que, com a composição surgida pela Comissão Distrital
do Porto, não pomos em dúvida que uma tal proposta "de ape-
lo aos altos comandos" seria vibrantemente aplaudida pela mai-
oria putchista que estaria certamente no "Congresso". Isto é
alias o objectivo vizado.

A proposta para a realização do "Congresso" reflecte ainda uma
velha concepção negativa e prejudicial ao MUD, agir apenas pe-
la acção de individualidades e de Comissões superiores, man-
tendo alheadas da luta as massas populares. Muitos democra-
tas portugueses negam-se a aprender os ensinamentos da histó-
ria mantêm-se receosos do povo, receosos das massas, ainda que
seja difícil de conciliar esta aversão pelas massas populares com
as ideias democráticas que defendem.

A verdade é que, para o MUD se desenvolver e caminhar pa-
ra a vitória é absolutamente necessário vencer este medo ao po-

vo, este medo às massas e ao contrário, ENCAMINHAR OS ESFORÇOS DO MUD NO SENTIDO DE ATRAIR À LUTA DIÁRIA E CONSTANTE AS AMPLAS CAMADAS POPULARES. Enquanto o MUD não for diariamente um movimento ligado ao povo, enquanto o MUD não aliar às deligências e acções "por cima", as lutas políticas constantes "por baixo" enquanto os organismos locais e de base do MUD não se multiplicarem em todo o lado e não se tornarem organismos actuantes em contacto permanente com as massas, enquanto não forem atraídos à luta política diária muitos e muitos milhares de portugueses— o MUD não alcançará a força necessária para conquistar a democracia.

Neste medo ao povo, comandam como sempre as concepções da queda automática do salazarismo e o receio de que as acções de massas prejudiquem tal queda automática: ou porque o salazarismo ganha medo duma transição que, sem movimento populares, estaria disposto a ceder em virtude dos insistentes pedidos das altas individualidades; ou porque os "altos comandos" se assustam com a desordem das ruas, "roem a corda e resolvem não dar o golpe". Essas concepções oportunistas aconselham ao MUD a timidez e tibieza políticas e roubam-lhe a energia, a combatividade, a confiança, a justiça democrática dos conceitos e as formas justas de actuação. Quando se extirpam do movimento anti-fascista nacional todas estas velhas quimeras, fantasias, vícios ideológicos e ingenuidades?

Há neste ponto mais exemplos para ilustrar.

A REUNIÃO REALIZADA NA "VOZ DO OPERÁRIO" EM 30 DE NOVEMBRO DE 1946 constituiu uma magnífica demonstração de unidade, uma demonstração da vitalidade do MUD, da sua combatividade e do prestígio dos democratas que o dirigem. Mas A PROPOSTA DA COMISSÃO CENTRAL APROVADA POR ACLAMAÇÃO acusa as mesmas tendências negativas atrás apontadas.

Não é por acaso que na alínea A, 2^o, e) se reclama "a liberdade de organização e actuação DE partidos políticos" e não "DE TODOS os partidos políticos" ou simplesmente "DOS partidos políticos". Num momento em que o fascismo se mostra interessado na criação DE partidos políticos inofensivos, e em que a criação de tais partidos representaria um perigo gravíssimo para o movimento democrático português, exigir, em nome do MUD, a liberdade de organização e actuação DE partidos políticos, como que oferece ao fascismo a acclamação dos democratas portugueses a quaisquer modi-

das que concedam apenas essa liberdade a alguns com prejuizo dos partidos mais combativos e progressivos, entre os quais evidentemente o Partido Comunista. Sabemos que há muitos democratas que hoje evocam o apoio do Partido Comunista e das classes trabalhadoras, mas que aceitariam de bom grado uma legalidade "para todos menos os comunistas", sem compreenderem que o isolamento dos comunistas e o seu afastamento do amplo movimento de unidade anti-fascista, seria o princípio da desagregação deste movimento, representaria uma vitória para o fascismo e habilitaria este a desfechar novos golpes contra as outras forças democráticas. A reclamação do MUD não pode ser "liberdade de organização e actuação DE partidos políticos" mas "DOS partidos" ou "de TODOS os partidos".

Na mesma proposta, reclamam-se as bases duma "nova lei eleitoral". As 13 alíneas que constituem outras tantas reclamações do MUD para uma "nova lei eleitoral" indicam que a Comissão Central do MUD (autora da proposta) considerou apenas a "alteração" de alguns preceitos da lei eleitoral fascista, sem alterar as suas disposições fundamentais. Admite se inclusivamente a continuação de verdadeiras armadilhas como é a da "idoneidade moral" necessária para o exercício do direito de voto, ainda que se exigindo ingenuamente que a sua falta se prova "pelos certificados de registo criminal ou policial" (2). Isto significa que o MUD aceita publicamente uma disposição legal que, manejada pelo fascismo, impediria de votar todos aqueles que, pelo seu combate ao fascismo, sofreram perseguições ou coudenações. Em todas as 13 alíneas se vê a preocupação de estabelecer concessões à lei fascista' aceitando-se, entretanto, como livres umas eleições regidas por tal lei.

A Comissão Central do MUD não compreendeu assim que não estamos perante uma possibilidade imediata de eleições convocadas pelo salazarismo, possibilidade essa que obriga o MUD a defenir as "condições mínimas" para concorrer a essas eleições, não sendo amplamente democráticas. Nós estamos num período de reclamação de eleições livres e assim compete ao MUD defenir as condições gerais para que eleições se possam considerar livres. O que se tratava não era de, neste momento, propor alterações à lei fascista (nem isto se harmoniza com reclamação feita na mesma proposta da "constituição de um governo que ofereça à nação a garantia da realização de essas eleições livres" —B)nº6§) mas reclamar "UMA NOVA LEI ELEITORAL que consagrasse os priu-

cipios democráticos desejados pelo nosso povo e aceites em todos os países civilizados.

E assim, como compreender-se que o MUD, definindo publicamente o que entende dever ser "a nova lei eleitoral" não reclama o SUFRÁGIO UNIVESAL (voto a todos os cidadãos independentemente da instrução ou fortuna)? Não fazendo tal reclamação, o MUD mostra uma vez mais a existência no seu seio de tendências anti-democráticas que divorciam o MUD das classes trabalhadoras e reflectem o atrás referido receio do povo e das massas. O Partido Comunista não pode naturalmente apoiar uma reclamação do MUD que exclue do voto a grande massa dos trabalhadores portugueses condenados ao analfabetismo pela política de obscurantismo e dos sucessivos governos de Salazar.

Este exemplo mostra os perigos da "especificação", do pormenor, em vez da definição e insistência e actualização (à face dos acontecimentos que se vão dando) das grandes reclamações comuns. E assim se explica que, ao mesmo tempo que se especifica um sentido que consideramos errado as reclamações para uma "nova lei eleitoral" não se colocam na proposta algumas reivindicações fundamentais e imediatas como a extinção da PVDE.

Este exemplo mostra também o perigo que advirá necessariamente para o MUD, se os seus dirigentes não tiverem a cada passo a preocupação de escutar pontos de vista e opiniões divergentes, de atender a várias correntes de pensamento democrático, de procurar sobretudo definir e proclamar em nome do MUD as aspirações comuns a todas essas correntes políticas, por todas aceites e defendidas.

Em nenhum momento os dirigentes do MUD devem esquecer que são essas correntes que, com o seu apoio, dão grande força ao Movimento de Unidade Democrática.

4

ALGUMAS MEDIDAS

Perante todas estas tendências negativas; que partem todas e todas de algumas erradas ideias básicas (a esperança da queda automática do salazarismo, a descrença na força das massas, etc) o Partido Comunista não pode deixar de esclarecer todos os seus

militantes e exercer a sua acção no sentido de contribuir para a modificação deste estado de coisas e para a adopção duma orientação justa e de consignas justas em todos os problemas do movimento anti-fascista nacional.

E assim impõe-se:

a) Que em todo o Partido sejam discutidas estas tendências existentes no MUD, paralelamente à análise e discussão da situação nacional e relacionadas com todos os aspectos da actividade do MUD.

b) Que se façam reuniões especiais em cada sector dos camaradas que pertencem a Comissões do MUD, afim de discutirem a situação e agirem nos organismos do MUD a que pertencem no sentido da luta contra estas tendências e correcção dos erros verificados;

c) Que se desenvolva uma acção imediata no sentido de: evitar a realização do "Congresso" do MUD; corrigir a resolução da "Voz de Operário" reclamando-se o sufrágio universal; procurar intensificar os métodos democráticos dentro do MUD e acção de todas Comissões do MUD.

A experiência dos erros presentes, junta a dos erros passados, deve constituir um factor do fortalecimento político do Partido e do movimento nacional anti-fascista, afim de impedir que continuem a cada passo a repetir-se perigosos erros que podem comprometer a unidade e o movimento anti-fascista.

Dezembro de 1946



ERRATAS

- Na pág. 2 linha 25 deve ler-se: Houve mesmo quem
Na pág. 8 linha 27 deve ler-se: que realmente
Na pág. 10 1ª linha deve ler-se: e que num tal
Na pág. 11 linha 4 deve ler-se: as grandes massas
Na pág. 11 linha 7 deve ler-se: Dr. E. Santos Silva
Na pág. 13 linha 9 deve ler-se: uma tremenda vitória
Na pág. 13 linha 34 deve ler-se: essas eleições ainda que
-
-
-



EDITORIAL AVANTE!
1946

Preço 1\$00